



Número: **0800115-15.2019.8.18.0076**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de União**

Última distribuição : **14/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 10.968,75**

Assuntos: **Inadimplemento, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCAS JADHAYSON DA SILVA TEIXEIRA (AUTOR)		SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4300342	14/02/2019 17:14	Petição Inicial	Petição Inicial

EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE UNIÃO- ESTADO DO PIAUÍ.

LUCAS JADHAYSON DA SILVA TEIXEIRA, brasileiro, solteiro, estudante, portadora do RG. nº 042796422011-2-SSM-MA, inscrito no CPF sob o nº 608824213-28, residente e domiciliado na Localidade, Morro dos Pires, Zona Rural de União-PI, por intermédio de seus procuradores e advogados ao final assinados, procuração (doc. 010, com escritório profissional situado na rua João Cabral, 741, centro, Teresina-PI, onde recebera intimações, vem mui respeitosamente, á presença de V. Exa com fundamento no art. 3º, II da Lei 6.194/74 e na Lei 9.099/95, propor:

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO- DPVAT.

-

Em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/NF nº 09.248.608/0001-04, com sede na rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir expendidos:

DA SINOPSE FÁTICA



O requerente, no **dia 05/05/2018**, por volta das 17:30hs, sofreu grave acidente de trânsito, do qual sua invalidez permanente, fato este registrado junto á autoridade policial e laudos médicos, conforme documentação acostada á exordial.

Verifica-se que o requerente encontra-se incapacitada para as ocupações habituais, não havendo nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura, conforme os documentos encartados nesta exordial, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelo mesmo.

Os danos são inegáveis, o que poderá ser devidamente comprovado em audiência. O requerente, em virtude do aludido acidente, teve sérios danos causados á sua integridade física, dentre os quais: ***Lesão fratura na tíbia da perna direita, pancada na cabeça e sofreu outras escoriações, causando tontura diariamente e perda das funções motoras impossibilitando assim o requerente de trabalhar em sua atividades rotineiras*** tudo fartamente comprovado pelos laudos em anexo.

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade dar proteção financeira ás vítimas de acidentes de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

Por fim, cabe salientar, que a seguradora recebeu a invalidez permanente da Autora e realizou o pagamento administrativo no valor de **R\$ 2.531,25(dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, bem inferior ao valor a que tem direito a requerente, razão pelo qual vem a juízo pleitear a diferença da indenização.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

-

DA LEGITIMAÇÃO PASSIVA

No tocante á legalidade passiva para a causa é uníssono o entendimento de que qualquer uma das **Seguradoras da Sociedade Nacional do Convênio DPVT** responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, senão vejamos a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:



RESP: nº 401418- MG RE: 2001.094323-0

DJ: 10/06/2002PAG.220

MINISTERIO RUY ROSADO AGUIAR

“SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT.Consórcio. Legitimidade de qualquer Seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável. E satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, **qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurando seu direito de regresso. Procedente. Recurso conhecido e provido.**”(g.n).

RESP nº 595105/RJ

RECURSO ESPECIAL 2003/0168290-0

DJ 26/09/2005 p. 382.

MINISTERIO ALDIR PASSARINHO JUNIOR

“ CIVIL E PROCESSUAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE (DPVAT). LEGITIMIDADE PASSIVA DE QUALQUER DAS SEGURADORAS. LEI N. 6.194/74. EXEGESE. DIREITO EXISTENTE MESMO ANTERIORMENTE Á ALTERAÇÃO PROCEDIDA PELA LEI N. 8.441/92.

- 1 . O Seguro Obrigatório de responsabilidade civil de veículos automotores é exigido por lei em favor das vítimas dos acidentes do pagamento do prêmio pelos proprietários, devida a cobertura indenizatória por qualquer das seguradoras participantes. ”(g.n)

DA PREVISÃO LEGAL



Sucedee que, a invalidez permanente sofrida pela requerente gerou este o direito de receber o ***SEGURO DPVAT, na importância equivalente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme pasmado na Lei nº 6.194/74 e posteriores alterações introduzidas pela lei 11.482/07:***

“ **Art. 3º** Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);

I- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II -até R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais)- no caso de invalidez permanente; e

I- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso á vitima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. ” (g.n).

Nesse contexto, a MP nº 451/08 convertida na Lei 11.945/09, em seu artigo, 31, acrescentou ao art. 3º acima transcrito, “ verbis”:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que ***não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente parcial em completa***, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I- quando se tratar de invalidez permanente parcial completa perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos



orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor máximo da cobertura; e

- II- quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I desde parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda de seqüelas residuais. (grifamos).

No caso em tela, e conforme demonstra, a Requerente vem por meio desde, requerer os valores devidos do Seguro **DPVAT**, cujo valor para fins de indenização é de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Convém ressaltar que a Requerente faz jus ao presente seguro, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), considerado que se encontra permanentemente inválido para as ocupações habituais, uma vez que apresenta, **lesão permanente da tíbia da perna esquerda, causando a perda das funções motoras impossibilitando assim o requerente de trabalhar em suas atividades rotineiras** fato este que se amolda perfeitamente aos termos de presente Lei, conforme é possível verificar na tabela incluída pela lei 11.945/2009 como anexo da lei 6.194/774.

DA ILEGALIDADE DAS RESOLUÇÕES DA FENASEG CONTRARIANDO DISPOSITIVO DE LEI.

É de bom alvitre mencionar também, que as seguradoras se arrimam numa “**obscura resolução**” da FENASEG para negar o pagamento integral da indenização, que é devido por força de lei às vítimas de acidentes de trânsito.

A diminuição do valor pago é ilegal, porque o direito do Requerente está fundamentada em lei, e uma mera Resolução de caráter administrativo não tem o condão de revogá-la. E não é o entendimento dos nossos Tribunais.

DA CONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO DE CONSUMO



No presente feito, é patente que a relação existente ente o Requerente e a Requerida trata-se de relação de consumo, onde esta presta o serviço, no caso de seguro obrigatório- DPVAT- estando também submetida ao regramento do CDC no que tange ao reconhecimento da vulnerabilidade da parte Autora perante a Ré.

Tal entendimento já encontra-se totalmente pacificado pela jurisprudência, conforme evidenciado a seguir:

PROCESSUAL CIVIL- PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E NULIDADE DA SENTENÇA REJEITADAS- CIVIL- AÇÃO DE COBRANÇA- SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)- INVALIZER PERMANENTE – INDENIZAÇÃO MÁXIMA DEVIDA- DATA DO SINISTRO- LEI N° 6.194/74—VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE Á ÉPOCA DO SINISTRO- POSSIBILIDADE- CORREÇÃO MONETÁRIA- TERMO INICIAL- EVENTO DANOSO – SENTENÇA MANTIDA.

- 1- A responsabilidade da seguradora deve ser reconhecida, mormente se considerado que a relação jurídica submete-se às regras do CDC, que prevê a responsabilidade solidária de todas que participem da cadeia de consumo.
- 2- À luz do disposto nos artigos 130 e 131 do Código de Processo Civil, o juiz é soberano na análise das provas, cabendo a ele a determinação das provas necessárias á instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias, para que decida, fundamentadamente, de acordo com a sua convicção, não configurando, portanto, cerceamento de defesa o indeferimento de realização de perícia quando resta colacionado aos autos do IML e do INSS fornecendo as informações emanadas do Conselho Nacional de Segurança Privados CNSP.
- 3- Não pode ser aplicada a Lei nº 11.482/2007 para fixação do valor devido a título de segurança DPVAT para os casos de invalidez permanente, se vigente a Lei nº 6.194/74 á época do sinistro.
- 4- Comprovada a invalidez permanente de beneficiário de seguro obrigatório (DPVAT), resultante de acidente automobilístico que resultou em lesão permanente no fêmur esquerdo, a indenização devida a esse título deve corresponder a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes a época do sinistro, nos termos do art. 3º, alínea “b”, da Lei nº 6.194/74, mostrando-se ilegal a



redução daquele quantum por normas de caráter infra legal, quais sejam, as resoluções emanadas do Conselho Nacional de Seguros Privados CNSP.

- 5- Não há incompatibilidade entre o disposto na Lei nº 6.194/74 e as normas que impossibilitam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedentes do colendo STJ.
- 6- A correção monetária deve iniciar a partir da data em que o pagamento era devido, in casu, a partir do acidente.
- 7- Recurso conhecido e improvido.(20090310195595APC, Relator HUBERTON ADJUTO ULHÔA, 3ª Turma Cível, Julgado em 24/03/2010, DJ 05/04/2010p. 126).

Desta, forma, reconhecida a qualidade de fornecedor nos termos do CDC, devem incidir na presente relação processual todos os elementos inerentes á relação de consumo, capazes de equilibrá-la, possibilitando á parte vulnerável atuar no feito sem que tenha cerceado o seu direito de defesa. _

-

-

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT).

INVALIDEZ PERMANENTE. IMPORTÂNCIA DEVIDA EQUIVALENTE A R\$ 13.500,00 INDEPENDENTEMENTE DO GRAU DE INVALIDEZ. DIRRITO AO RECEBIMENTO DO GRAU DE INVALIDEZ. DIREITO AO RECEBIMENTO DA DIFERENÇA. SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS.

- 1- NÃO SE PODE GRADUAR A INVALIDEZ PERMANENTE, SENDO INVIÁVEL A LIMITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO COMO BASE EM RESOLUÇÃO EDITADA PELO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS (CNSP).
- 2- ASSEGURADO ASSIM O DIREITO AO RECEBIMENTO DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR E RECEBIDO E O EQUIVALENTE A QUARENTA SALÁRIOS MINIMOS.SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVADO.



- 3- GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ- DESCABE COGITAR ACERCA DE GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE; HAVENDO A INVALIDEZ, MÍNIMA, DEVIDA É A INDENIZAÇÃO NO PATAMAR DE QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS, OU DO VALOR MÁXIMO VIGENTE DA DATA DO SINISTRO, CONFORME ESTE TENHA OCORRIDO, RESPECTIVAMENTE, ANTES OU DEPOIS DE 29/12/2006. RECURSO INOMINADO, PRIMEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL, Nº 71001984244, COMARCA DE SANTA ROSA.

SEGURO OBRIGATORIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO.

- 1- AUSENTE NECESSIDADE DE PERÍCIA PARA APURAR O GRUPO DE INVALIDES DO AUTOR, SENDO COMPETENTE PARA O JUIZADO ESPECIAL CÍVEL COMPETENTE PARA A APRECIÇÃO DA QUESTÃO. CONSOLIDADO O ENTENDIMENTO DAS TURMAS NO SENTIDO DE QUE, HAVENDO INVALIDEZ, DESIMPORTANDO SE EM GRAU MÁXIMO OU MÍNIMA, É DEVIDA A INDENIZAÇÃO NO PATAMAR DE 40 SALÁRIOS

- 2- A DEVIDA DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA COMPROVA QUE, DO ACIDENTE, RESULTOU A INVALIDEZ PERMANENTE DO AUTOR, SENDO, POIS, DEVIDA A INDENIZAÇÃO PRETENDIDA.

- 3- A LEI Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 8.441/92, É O ÚNICO TEXTO LEGAL QUE CONFERE COMPETÊNCIA PARA A FIXAÇÃO DOS VALORES DAS INDENIZAÇÕES DO CNRP OU DE QUALQUER OUTRO ÓRGÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURO PRIVADOS PARA FIXAR OU ALTERAR OS VALORES INDENIZATÓRIOS COBERTOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES.

- 4- A APLICAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NÃO OCORRE COMO FATOR DE REAJUSTE, MAS COMO MERO REFERENCIAL, NÃO EXISTINDO OFENSA AO DISPOSITIVO NO ART. 7º, IV DA CF.



5- APLICAÇÃO DA SÚMILA 14 DAS TURMAS RECURSAIS CÍVIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. RECURSO IMPROVIDO.

EMENDA: APELAÇÃO CÍVIL. SEGURO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CARÊNCIA DE AÇÃO. REJEITADA. INDENIZAÇÃO PAGA EM VALOR INFERIOR AO DETERMINADO POR LEI. POSSIBILIDADE DE POSTULAÇÃO DA DIFERENÇA. RECONHECIMENTO DO PEDIDO. LIMITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO COM BASE EM RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS CNSP. INVIABILIDADE. FIXAÇÃO EM SÁLARIO MÍNIMOS. POSSIBILIDADE. A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 340, CONSOLIDADA PELA LEI Nº 11.482/07, TROUXE ALTERAÇÃO NO VALOR DA INDENIZAÇÃO APLICÁVEL AOS ACIDENTE OCORREU EM 21.10.2007, POSTERIORMENTE A PUBLICAÇÃO DA MP, HOVE PAGAMENTO PARCIAL NA VIA ADMINISTRATIVA NO VALOR DE 3.780,00, DESSE MODO MANTIDA A FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO CONFORME DECIDIU O JULGADOR SINGULAR. REJEITARAM A PRELIMINAR E NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME. (APELAÇÃO CÍVIL Nº 70031932866, SEXTA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: LUÍS AUGUSTO COELHO BRAGA, JULGADO EM 15/10/2009.

Verificamos a impossibilidade da fixação do valor da indenização do seguro obrigatório resultar da vontade das partes, decorrendo mesmo do texto da lei. *As seguradoras, o CNSP ou mesmo a FENASEG não detêm poderes para alterar os valores das indenizações, fixadas em lei.*

Como efeito, o seguro obrigatório – ao contraio dos demais contratos dessa natureza- é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, *afirmar que as seguradoras não podem deliberar sobre os valores fixados na lei, nem se esquivarem quanto a obrigação de indenizar.* A rigidez da norma legal tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação processual, no caso o beneficiário.



Vale trazer á colação o disposto no **art. 5º da Lei nº 6.194/74**, que não sofreu alterações legais posteriores, menciona como requisitos ao pagamento do seguro DPVAT apenas a prova do acidente e do dano, senão vejamos:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Ademais disso, trata-se de seguro atípico e de caráter eminentemente social, cujo pagamento não pode ser facultativo da seguradora, mas consiste em uma obrigação fixada na lei. Provados o acidente e o dano, perfaz-se a indenização em favor da vítima.

A antecipação da tutela vem autorizada pelo artigo 273 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 8952/94:

Art. 273, CPC: O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

- I-** Haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou;
- II-** Fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito proletório do réu.

Para Humberto Theodoro Jr., significa a “possibilidade de o juiz conceder ao autor um provimento imediato que, provisoriamente, lhe assegure o bem jurídico a que se refere a prestação de direito material reclamada como objeto da relação jurídica envolvida no litígio.” (in Curso de direito processual civil, vol. 02, 36 ed., Rio de Janeiro, Forense, 2004, p.567).

Na sistemática do dispositivo acima, são pressupostos genéricos, para a tutela antecipada, a prova inequívoca e a verossimilhança da alegação.



A prova inequívoca, reforçando o *fumus boni iures*, é aquela preexistente, clara, evidente, portadora de grau de convencimento tal que a seu respeito não se possa levantar dúvida razoável e, ainda, capaz de autorizar uma sentença de mérito favorável à parte que invoca a tutela antecipada, caso pudesse ser a causa julgada desde logo.

Paralelamente, tem-se a verossimilhança da relação, relativa ao juízo de convencimento sobre a realidade e a veracidade dos fatos articulados. A verossimilhança também incide sobre a prova trazida aos autos, destinando-se a demonstrar, também acentua Theodoro Jr., “uma probabilidade muito grande de que sejam verdadeiros as alegações do litigante”. (Op. cit., p. 573).

Mas, os requisitos do instituto em comento não se esgotam aí, tanto que, ainda, há de estar configurado o fundamento receio de dano irreparável ou de difícil reparação, conforme inciso I, ou ocorra o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu, **conforme inciso II do Art. 273.**

No primeiro caso, significa a figura do **periculum in mora**, em que há o risco de uma grave prejuízo ao direito subjetivo, de forma a comprometer sua satisfação no instante do provimento jurisdicional. Já no segundo caso, o réu apresenta, em sua defesa, uma resistência infundada ou utiliza-se de meios ilícitos para opor-se ao direito do autor. O ilustre professor explica que “as duas situações têm configurações próprias e não são cumulativas, qualquer delas é suficiente para justificar a antecipação de tutela...” (Op. Cit., p. 571).

DO PEDIDO

Diante do exposto, o autor requer a Vossa Excelência que digne de

- a) Mandar citar a Requerida, na pessoa de seu representante legal, para que se faça presente à audiência de conciliação, instrução e julgamento, previamente designada, apresentando a defesa que tiver e querendo contestar aos termos desta, sob pena de confissão e revelia;



- b) Conceder a Antecipação de Tutela, para determinar á requerida que efetue o pagamento da indenização do segurado DPVAT correspondente a **R\$ 10.968,75 (Dez Mil Novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)**.
- c) Julgar procedente a presente Ação, conforme a medida anterior, no sentido de Condenar a Seguradora-Ré, em decorrência do que determina a Lei, a pagar á Autora a indenização do Seguro DPVAT, correspondente a **R\$ 10.968,75 (Dez Mil Novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)**. Com a devida correção monetária e juros seguros indícios oficiais regularmente estabelecidos;
- d) Condenar a Requerida nas custas e despesas processuais e nos honorários advocatícios de **20% (vinte por cento)** sobre o valor atualizado da condenação, em caso de interposição de recurso contra a decisão de 1º grau, mesmo que não tenha seguimento ou não seja recebido.

Protesta prova o alegado por todos os méis de provas admitidos em direito, especialmente juntada posterior de documentos pessoais testemunhais, pericia, conforme disposto no art. 32 da Lei nº 9.099/95. Os quais desde já expressamente se requer.

Dá-se a causa o valor de R\$ 10.968,75 (Dez Mil Novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

N. Termos, Pede e Espera Deferimento.

União-PI, 07 de novembro 2018.

Sérgio Luiz Oliveira Lobão OAB- 2709



-

-



